

SANTOS, Brasília dos
* dep. fed. SP 1892-1893.

Brasílio Rodrigues dos Santos nasceu na cidade de São Paulo em 6 de março de 1854, filho de Gabriel José Rodrigues dos Santos. Seu pai foi lente da Faculdade de Direito de São Paulo, deputado geral e provincial durante o Império.

Após fazer os estudos primários e de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1873, diplomando-se em 1877. Fez parte, em 1876, da redação do jornal *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico fundado por um grupo de estudantes integrado entre outros por Assis Brasil, Pinheiro Machado e Adolfo Gordo. Logo depois de formado foi trabalhar no Rio de Janeiro, então sede da Corte, no escritório de advocacia do jurista Ubaldino do Amaral. Posteriormente foi para a cidade de Bragança Paulista como juiz municipal. Na capital de São Paulo, inscreveu-se em dois concursos para professor substituto na Faculdade de Direito, tendo sido classificado no segundo concurso em primeiro lugar. Nomeado por decreto de 22 de setembro de 1883, tomou posse em 1º de outubro e recebeu o grau de doutor.

Um dos mais entusiastas propagandistas da República, já sob o novo regime, com a reforma promovida no ensino jurídico por Benjamim Constant, ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos do governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado catedrático da segunda cadeira do quarto ano, para a matéria de direito comercial, por decreto de 30 de dezembro de 1890, tomando posse a 19 de janeiro de 1891. Em 30 de abril do mesmo ano foi eleito pelo Partido Republicano Paulista (PRP) senador ao Congresso Constituinte estadual de São Paulo. Empossado em 6 de junho, participou ativamente da elaboração da Carta Magna paulista, que foi promulgada em 14 de julho de 1891.

No plano nacional, a crise política entre os poderes Executivo e Legislativo culminou com um golpe do presidente da República Deodoro da Fonseca, que em 3 de novembro de 1891 fechou o Congresso Nacional e decretou o estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói.

Os parlamentares, principalmente da bancada paulista, foram ameaçados de prisão e obrigados a se esconder, ou mesmo, com dificuldade, a fugir para São Paulo. Os congressistas contrários à atitude de Deodoro divulgaram um manifesto à nação repudiando o ato arbitrário praticado, e acabaram conquistando a adesão do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Deodoro renunciou então à presidência da República, em 23 de novembro de 1891, sendo substituído pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto, que reabriu as casas legislativas e revogou o estado de sítio.

Em São Paulo, o presidente estadual Américo Brasiliense apoiou Deodoro, e no dia 24 de novembro mandou um contingente da polícia cercar o prédio do Congresso estadual, no centro da capital. Vários parlamentares se pronunciaram contra a atitude de Brasiliense. A facção que defendia o governo tentou rebater as acusações, mas o senador Brasília dos Santos e seus colegas Martim Francisco, Ricardo Batista e Ezequiel Ramos retiraram-se em protesto do edifício e fizeram publicar pela imprensa a seguinte nota: “Impedidos hoje pela Força Pública de deliberar com liberdade no Senado, retiramo-nos do recinto e interrompemos o exercício do nosso mandato político até que as sessões comecem a ser efetuadas de acordo com a lei.”

Para agir contra Brasiliense, uma junta revolucionária foi formada por Bernardino de Campos, Júlio Mesquita e Campos Sales, e uma verdadeira revolução foi marcada para o dia 13 de dezembro, com o objetivo de destituir através das armas o presidente do Estado e colocar no poder o vice José Alves de Cerqueira César. A rebelião estourou por todo o interior paulista, sendo os intendentess que apoiavam o governo sumariamente destituídos. Na capital, em 14 de dezembro, a polícia entrou em confronto com manifestantes, e as redações dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano* foram atacadas a tiros, sendo este último posteriormente invadido e depredado, em ação que resultou em mortos e feridos nas ruas centrais da cidade.

Américo Brasiliense, para não ser deposto, resolveu passar o governo para o marechal Carlos Machado Bittencourt, comandante do Exército em São Paulo, que no entanto alegou

não poder comparecer ao palácio do governo. Na manhã de 15 de dezembro, Brasiliense passou assim a presidência do estado para o major Sérgio Tertuliano Castelo Branco, inspetor geral dos corpos de polícia. Após ouvir os argumentos do coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, Castelo Branco dirigiu-se ao Hotel de França, onde estava reunida a junta com o vice-presidente Cerqueira César, e declarou “que, em obediência à Constituição do estado e a soberania do povo paulista, entregava o governo ao vice, unanimemente aclamado pela população da capital e do interior do estado”. Foi solicitado que fosse lavrado um termo narrando os acontecimentos, e o documento foi subscrito pelos presentes, entre eles o senador Brasília dos Santos, que, por discordar da atitude de Américo Brasiliense, desde o início apoiara a posse de Cerqueira César. No dia seguinte, os senadores e deputados estaduais que haviam sido contra a chamada ditadura foram ao palácio do governo para cumprimentar Cerqueira César, cabendo a Brasília dos Santos, em nome de todos, discursar saudando o novo chefe do governo paulista.

Indicado pelo PRP para concorrer à vaga de Francisco de Paula Rodrigues Alves, que havia renunciado à sua cadeira na Câmara dos Deputados por ter sido nomeado ministro da Fazenda do governo do marechal Floriano Peixoto, Brasília dos Santos foi eleito em 27 de abril de 1892 e assumiu o mandato em 4 de junho seguinte. Ao término da legislatura, em dezembro de 1893, retornou a São Paulo, passando a dedicar-se exclusivamente ao magistério e à advocacia.

Faleceu em São Paulo em 30 de março de 1901. Era solteiro.

Além de atuar como jornalista, publicou numerosos trabalhos notadamente na área do direito: *Que normas regulam os conflitos internacionais sobre a propriedade?* (tese, 1883); *Faculdade de Direito de S. Paulo: memória histórica-acadêmica dos anos 1883-84* (1887); *Memorial. Execução* (1892); *Parecer sobre o projeto da reforma da organização judiciária do Estado de S. Paulo* (1897); *Lições de direito marítimo* (1900).

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano*. SP. (31/3/1901); *Estado de S. Paulo* (25/11/1891, 17/12/1891); NOGUEIRA, A. *Academia*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; RIBEIRO, A. *Poder*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.